



ML

ATA Nº4

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE BORBA

REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2014

---- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 21h, em Sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Período de Antes da Ordem do dia. -----

-----**PONTO UM PONTO UM:** Leitura do Expediente. -----

-----**PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos, de interesse para a Autarquia.-----

PONTO DOIS: Período para Intervenção do Público.-----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO UM:** Análise conducente à aprovação da ata nº. 2 da Sessão Extraordinária de 22 de novembro de 2013.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Análise conducente à aprovação da ata nº. 3 da Sessão Ordinária de 30 de dezembro de 2013.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Análise, tendo em vista a aprovação, do projeto de Regimento da Assembleia Municipal, face às alterações introduzidas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Designação de quatro pessoas pela Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e



Jovens de Borba.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da situação financeira.**-----

-----Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata:-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e solicitou a realização da chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros: Luís Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro, Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Francisco José Ramalho Mendes; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Celso Miguel Lopes Ramalho; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; João Pedro Velez Paulo; Pedro Manuel Lopes Grego; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado.-----

-----Seguidamente tomou posse o senhor deputado Celso Miguel Lopes Ramalho, que foi substituir o senhor deputado Augusto Manuel Bilro Guégués.-----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal desejou boa noite a todos os presentes, e disse que as bandeiras de Portugal e de Borba, instaladas atrás da mesa, no salão dos Paços do Concelho simbolizavam " (...) a nossa união (...) ".-----

-----Referiu ter sido uma ideia do senhor deputado João Letras, materializada pelo senhor presidente da Câmara, que ia tentar contextualizar. Tendo na sequência dito " (...) a discussão racional dos argumentos deve sobrepor-se sempre à competição, aos subentendidos insultuosos, a afirmações pejorativas latentes, (...) para produzir intervenções não entediantes, livres de vulgaridade e de rudeza, de forma a englobar (...) o interesse colectivo." Acrescentou que " (...) a generosidade não significa (...) complacência e que as críticas, mesmo as mais rudes, quando fundamentadas e baseadas no real conhecimento dos



*factos, e na compreensão verdadeira destes, são (...) muito mais fecundos, como ferramentas de progresso.” Disse “ Estou plenamente convencido que não tenho inimigos nesta Assembleia, tão pouco adversários, mas antes (...) colaboradores leais, no sentido de colocarmos este concelho no mapa (...) sob todos os pontos de vista.”-----
-----Concluiu “ Os meus pares, eu, e os elementos desta mesa, gostaríamos que os debates tivessem substância e não se resumissem a floreios retóricos, tão inúteis, quanto inconsequentes.”-----*

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia -----

-----PONTO UM PONTO UM: Leitura do Expediente-----

-----**A 2ª Secretária da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou que o que havia de mais relevante a assinalar, era uma moção recebida da Câmara Municipal de Elvas, “ **No combate ao cancro todos somos poucos, em Defesa dos Doentes Oncológicos**”, oportunamente remetida a todos os senhores deputados municipais, bem como dois ofícios do grupo parlamentar do partido socialista, um dos quais solicitava o documento, lido pelo senhor deputado João Letras, na sessão da Assembleia Municipal de trinta de Dezembro de dois mil e treze, e outro, onde era pedida toda a informação de todos os projetos co-financiados pelos Fundos Comunitários, no período de tempo que medeia o ano de dois mil e dois e setembro do ano dois mil e treze. Tendo no seguimento informado, ter sido solicitado à Câmara Municipal de Borba o histórico de todos os projetos co-financiados, entre o ano de dois mil e dois e Setembro do ano dois mil e treze.-----
-----Seguidamente informou que, como habitualmente, as pastas de correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar.-----

-----PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia-----



-----**O deputado Rui Franco** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que na sequência do que havia sido publicado, nesse dia, nos órgãos de comunicação social, acerca das *"Águas de Portugal"* e das *"Águas do Centro Alentejo"*, em particular, lhe parecia relevante levantar o problema, apresentando, para esse efeito, um requerimento no qual eram solicitados *" (...) alguns elementos importantes"*, que permitiriam àquela Assembleia, debater o tema com a profundidade necessária, e repensar o futuro do abastecimento de água ao município de Borba, à semelhança do que está a ser feito por outros municípios. --

-----Acrescentou que *" a questão das Águas do Centro Alentejo é (...) complexa e preocupante, porque (...) a compra em alta, o tratamento das águas residuais, tem custos avultadíssimos, (...) para o município de Borba e para os Borbenses"*.-----

-----Seguidamente apresentou o requerimento à mesa da Assembleia Municipal (que se arquiva em pasta anexa, como **doc. nº 1**).-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que tinham uma moção e um requerimento para votar.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** desejou boa noite a todos os presentes e disse que qualquer moção antes de ser colocada à votação tinha de ser discutida.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse estar a moção à discussão.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** referiu que em termos globais nada tinha contra aquela moção, mas que existia *"uma questão de princípio"*. Tendo no seguimento referido que gostava de ser esclarecido sobre algumas questões, nomeadamente sobre qual o objetivo daquela moção; porque tinha a moção o *"símbolo"* da Câmara Municipal de Elvas; e qual a razão para não ter sido, aquela moção, apresentada pela Câmara Municipal de Borba.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** referiu suscitar-lhe a referida moção algumas dúvidas, entre as quais, o exposto na segunda página, onde diz que *" (...) os doentes, que não forem das regiões de Lisboa, Porto ou Coimbra, pelas longas distâncias, etc., estão mais rapidamente condenados à morte"*, pois o seu conhecimento sobre as regras e forma como é



nd

feito o transporte dos doentes permitia-lhe dizer que, na sua opinião, aquele parágrafo estava um pouco exagerado.-----

-----No seguimento solicitou ao senhor presidente da Assembleia que, caso não se importasse, esclarecesse aquela Assembleia sobre o que são “ (...) as *terapêuticas inovadoras*”, pois em virtude da sua formação de base, médico de clinica geral, era a pessoa, ali presente, com mais conhecimentos para o fazer.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** elucidou o senhor deputado Ângelo de Sá, sobre o exposto no ofício que tinha acompanhado a Moção em discussão, e passou a ler: “ *...assim, solicitamos a V. Exa., presidente da Assembleia Municipal, que o órgão autárquico, a que preside, aprove, a aprovação de uma moção, em anexo, e dê conhecimento dessa vossa decisão, aos órgãos de soberania, às demais entidades nela mencionadas, assim como à comunicação social (...)* ”.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que a forma como a Moção tinha sido apresentada para votação, não tinha sido a mais correta. Tendo na sequência perguntado se o que estava em discussão era um ato de solidarização para com uma moção apresentada pela Câmara de Elvas.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse ao senhor deputado Paulo Ferreira ser, sem dúvida, a questão colocada do foro da medicina, mas que não iria falar sobre as inovações terapêuticas nas neoplasias. Contudo, acrescentou que a constante evolução do conhecimento científico, e os dados que lhe eram mostrados através da experiência, lhe permitiam afirmar que cada vez se desenvolviam melhores terapêuticas para o cancro.-----

-----Salientou que a não implementação dessas terapêuticas em países de fracos recursos económicos resultava do facto de “ (...) *quanto mais pobreza, menos saúde*”, tendo acrescentado ser essa afirmação um “ (...) *dogma da medicina*”.-----

-----**O deputado João Pedro** desejou boa noite a todos os presentes e disse ter faltado explicar, que aquela moção estava englobada na estratégia delineada pelos presidentes de



Câmara de Borba, Vila Viçosa, Elvas, Alandroal, Monforte e Estremoz, que por a população dos seus concelhos utilizar regularmente os serviços do hospital de Elvas, participaram numa reunião promovida pela Câmara Municipal de Elvas, com a finalidade de avaliarem as deficientes condições em que funciona actualmente esse hospital, nomeadamente em relação à questão da falta de assistência clínica e de medicamentos para os doentes oncológicos.-----

-----Disse concordar com o objeto daquela moção, e acrescentou que na sua opinião “ (...) todos os esforços, que puderem ser conjugados, para apoiar o tratamento das doenças oncológicas são de louvar, e devem ter o nosso maior empenho”,-----

-----Referiu estar de acordo com o senhor presidente da Assembleia Municipal em relação à máxima “ (...) quanto mais pobreza, menos saúde”, e salientou afetarem os “cortes cegos” na área da saúde os doentes oncológicos e o Sistema Nacional de Saúde.-----

-----Prosseguiu dizendo discordar do senhor deputado Paulo Ferreira, em relação à questão do transporte, por considerar ser o mesmo fundamental para que a assistência seja eficaz, especialmente por não existir tratamento de proximidade nas doenças oncológicas, e em outras de menor gravidade.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes. Tendo seguidamente referido não ser aquele problema novo, pois aquelas reuniões já vinham acontecendo há algum tempo.-----

-----Informou que, após ter tomado posse, foi convocado conjuntamente com os presidentes de Câmara de Estremoz, Alandroal, Vila Viçosa e Monforte, para uma reunião em Elvas, que teve por objetivo averiguar se os doentes do concelho Borba poderiam continuar a usufruir dos serviços do hospital de Elvas.-----

-----Acrescentou que passado um mês, foi novamente convocado, tendo dessa vez, estado presentes, não só os presidentes de Câmara antes referidos, mas também o diretor Regional de Saúde de Portalegre. Referiu, ter o diretor Regional de Saúde de Portalegre dito



91

" (...) *que nada tinha mudado relativamente ao passado*", e passou a explicar que as pessoas do concelho de Borba continuavam a poder usufruir dos serviços disponibilizados pelo Hospital de Santa Luzia em Elvas.-----

-----Continuou dizendo que ao receber aquela moção, tinha entendido "*ser mais um passo na continuação*" do acordado nessa última reunião, da qual tinha saído com a ideia de poder o hospital de Elvas vir a intervir no tratamento a doentes oncológicos.-----

-----Disse concordar com a sugestão de ser aquela moção objeto de um voto de apoio, em vez de ser, como preconizado, aprovada.-----

-Seguidamente disse que em relação ao transporte de doentes concordava com o exposto pelo deputado Paulo Ferreira, e passou a informar que recentemente os bombeiros voluntários de Borba, tinham feito a ponte com o IPO – Instituto Português de Oncologia de Lisboa, transportando discretamente um doente oncológico em estado terminal, que residia sozinho na cidade de Borba, até esse hospital.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** disse que, na sua opinião, seria mais correto aprovar a solidarização da Assembleia Municipal de Borba para com a moção em discussão, que a aprovação específica da mesma, e adiantou considerar importante corrigir a forma como o texto estava redigido.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que "*(...) a Câmara Municipal de Borba, foi uma das Câmaras que contribuiu com cinquenta mil euros, (...) para a compra de um TAC MULTICORTE (...) para o Hospital de Santa Luzia em Elvas e na altura foi assinado um documento entre as ARS'S, em que a Câmara de Borba só assumia pagar aquele equipamento, desde que os doentes de Borba fossem devidamente tratados no Hospital de Santa Luzia em Elvas*".-----

-----Salientou não servirem unicamente as moções para fazer "floreios políticos", que também serviam para fazer barulho quando não fossem cumpridos os acordos estabelecidos.-----



-----Adiantou que poderiam estar ali a aprovar uma Moção elaborada pela Câmara Municipal de Borba, em vez de estarem a aprovar uma Moção da Câmara Municipal de Elvas. Acrescentou que essa moção seria uma forma de fazer *“sentir a nossa voz junto do Governo Central”*.-----

-----Realçou estar o governo deste país, a contribuir para situações do género das que tinham falado ali, colocando em causa a saúde de todos.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** reforçou a ideia de fazerem uma Assembleia temática em que o tema fosse *“a saúde”*.-----

-----Seguidamente disse que iria colocar à votação uma proposta de solidarização, para com a moção enviada pela Câmara Municipal de Elvas.-----

-----Referiu que, no seu entender, o objectivo da Câmara Municipal de Elvas era tornar aquele movimento o mais amplo possível, de modo a que o Governo mudasse a política de saúde. Acrescentou, que quando se fala de saúde, falasse de vida.-----

-----**O deputado João Pedro** referiu ter ficado com a ideia de ser importante a aprovação daquela moção, por a mesma ter sido aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara.--

-----Disse não se recordar, se estava devidamente explicito na moção, a defesa do serviço nacional de saúde e da saúde pública, universal e gratuita, tema que também seria pertinente discutir, mas com mais tempo. Explicou que, na sua opinião, uma visão essencialmente economicista, condiciona negativamente o fornecimento de medicamentos inovadores, e outros medicamentos fundamentais para os cuidados paliativos, os quais permitem manter alguma qualidade de vida aos que se encontram numa fase terminal.-----

-----Realçou a importância daquele tipo de moções, e adiantou que todos os concelhos do interior deveriam ter aquele tipo de iniciativa por, devido à distância geográfica existente entre esses concelhos e os centros hospitalares onde existem os tratamentos mais eficazes, serem os que menos recursos têm para tratar condignamente os doentes em estado terminal e outros.-----



-----**O deputado Ângelo de Sá** disse ao deputado João Pedro que o texto da moção aprovada em reunião de Câmara tinha sofrido alterações e estava redigida em papel timbrado da Câmara Municipal de Borba. Como tal, ou se solidarizavam com a moção recebida da Câmara Municipal de Elvas, ou aprovavam outra moção, não aquela.-----

-----**O deputado João Pedro** explicou ter pensado que a moção em discussão fosse igual à aprovada em reunião de Câmara.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação a solidarização para com a moção "*No combate ao cancro, todos somos poucos em Defesa dos Doentes Oncológicos*", proveniente da Câmara Municipal de Elvas, tendo a mesma sido aprovado por unanimidade. -----

-----Seguidamente o senhor presidente da Assembleia referiu que tinham ficado a saber que existia uma relação inversa entre a saúde e a disponibilidade económica de uma comunidade ou de um país.-----

-----A 2.^a secretária da Assembleia Municipal leu o requerimento entregue à mesa da Assembleia pelo MuB - Movimento Unidos por Borba, (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 1**). -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou o requerimento à discussão.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** referiu que a empresa Águas de Portugal era maioritariamente lideradas pelo atual governo, razão pela qual estranhava o silêncio dos eleitos do PSD (Partido Social Democrata), que estavam certamente melhor informados que os eleitos do PS (Partido Socialista).-----

-----Salientou ser a água uma questão muito complicada e de grande importância, tanto no momento actual, como no futuro.-----

-----Disse existirem dois sistemas de água no Alentejo Central. Um era o sistema Multimunicipal de Águas que é liderado pela empresa Águas do Centro Alentejo, e o sistema de Águas Públicas do Alentejo. Disse que ambos " (...) são *rigorosamente a mesma*



coisa, com a única diferença, (...) um tem lá o **sistema públicas**, porque se formos à tabela, (...) a tabela das águas públicas é pior do que o **sistema Multimunicipal** (...) ". Acrescentou que aquele era um problema que tinha de ser discutido pelo Alentejo Central e pelo país. Referiu ser o atual Governo Central detentor de uma proposta que visa a junção dos vários sistemas de água.-----

-----A seguir disse sugerirem os eleitos do PS à Câmara Municipal de Borba que recolhesse toda a informação patente no requerimento apresentado pelo MuB, bem como a proposta do Governo referente à junção dos vários sistemas de gestão da água, para seguidamente, numa Assembleia extraordinária, se debater esse assunto.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** recordou estar o requerimento dirigido à Câmara Municipal de Borba, à qual pedia, desde já, uma cópia dos contratos assinados com a empresa "Águas do Centro Alentejo", e não ao Governo central. Lembrou que o atual Governo (PSD) tinha iniciado o seu mandato dia vinte e um de junho do ano dois mil e onze, e que segundo lhe parecia os dados solicitados eram anteriores à entrada em funções do actual Governo.-----

-----Disse " (...) se o MuB está efectivamente a pedir os dados, (...) os contratos, (...) os preços e relatórios, não vejo nenhum inconveniente, mas menos vejo ainda, possibilidade de responder sobre algo que de momento não tenho conhecimento".-----

-----Explicou que não deveriam ser os eleitos do PSD, enquanto membros da Assembleia Municipal, a falar de um tema sobre o qual ainda não tinham tido informação.-----

-----**O deputado João Pedro** informou existir um défice anual de oitocentos mil euros, entre o que a Câmara Municipal de Borba cobrava aos consumidores, e o que pagava às "Águas do Centro Alentejo".-----

-----Disse discordar das palavras do eleito Ângelo de Sá, e afirmou que os municípios integrados no sistema de águas públicas pagavam a água mais barata que os municípios de Borba. Realçou " (...) segundo informações, que penso, (...) são do conhecimento de todos,



SA

Borba está com a água, (...) senão a mais cara, das mais caras do Alentejo “-----

-----Frisou que a posição da CDU (Coligação Democrática Unitária) tinha sido sempre contra a privatização das águas em alta e seguramente em baixa, reiterando estar a prova disso, na relação da gestão corrente entre a Câmara de Borba e a empresa “Águas do Centro Alentejo”, que se traduzia no final de cada ano em trezentos mil euros negativos para a Câmara Municipal de Borba.-----

Afirmou que para a CDU a água não é um negócio, razão pela qual sempre tinham defendido um sistema de água pública.-----

-----Disse que, na opinião da CDU, o pretendido pelo MuB, com a apresentação daquele requerimento, era que a água voltasse a ser pública em Borba.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** propôs ao plenário que discutissem aquele assunto numa outra Assembleia, quando estivessem na posse dos dados solicitados à Câmara Municipal de Borba através do requerimento apresentado pelo MuB.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que quando discutissem os dados solicitados pelo MuB, à Câmara Municipal de Borba, seria importante estarem devidamente documentados sobre os dois sistemas de água, afirmando que “ (...) Borba não é uma ilha”.-----

-----Sugeriu a realização de uma Assembleia extraordinária, com a presença de um representante da empresa Águas do Centro Alentejo e um representante das Águas Públicas.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que a Câmara Municipal de Borba, recebe dos munícipes por mês, cerca de vinte e três mil euros, e paga às Águas do Centro Alentejo quarenta e seis mil euros.-----

-----Informou ter sido acordado, dia vinte e sete de setembro de dois mil e treze, entre a Câmara Municipal de Borba e a empresa “Águas do Centro Alentejo”, o pagamento de prestações mensais, no montante de aproximadamente catorze mil e quinhentos euros, no período de tempo que medeia dia vinte e sete de setembro do ano dois mil e treze e



setembro do ano dois mil e dezoito. Acrescentou que, após ter tomado posse, com o objectivo dos valores mensalmente pagos serem revistos, reuniu com a administração da empresa "Águas do Centro Alentejo".-----

-----Salientou não reunir presentemente a Câmara Municipal de Borba condições económicas para continuar a pagar mais vinte a trinta mil euros, em relação ao valor que recebia dos munícipes pela prestação desse serviço (fornecimento de água potável).-----

-----Questionou-se sobre como era possível estar o Município de Borba a pagar valores tão elevados" (...) desde o ano dois mil e cinco ou dois mil e seis". Na sequência afirmou " (...) Não estou para agradecer, estou para resolver".-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** referiu que tinham de ter em conta, não só o que se pagava, às Águas do Centro Alentejo, mas também os investimentos que tinham sido feitos. Disse " (...) os eleitos do PS, acrescentam a esse requerimento (...) que seja solicitado (...) às Águas do Centro Alentejo o volume dos (...) investimentos que foram feitos em Borba, por imposição (...) do Governo Central e da Comunidade Europeia".-----

-----Explicou estar a questão de se pagar mais ou menos relacionada com várias coisas que têm de se fazer, sendo uma delas a adaptação das tabelas de taxas, tarifas e licenças, nomeadamente o preço da água, ao ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, que tem de ser feito por todas as Câmaras.-----

-----Relativamente ao valor do metro cúbico da água adequado, disse só ser possível efectuar essa comparação quando todas as Câmaras tiverem de adaptar o preço da água, ao ERSAR, de modo a tornar a água sustentável, e implementarem as infra-estruturas necessárias, designadamente as ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais.-----

-----Disse que a IGAOT – Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, inspeccionava, quase mensalmente, as Câmaras Municipais que pertenciam ao sistema multimunicipal de águas, mas não inspeccionava as que pertenciam ao sistema público. Realçou " (...) se atuar fecha a Câmara (...) porque as multas são altamente pesadas".-----



-----**O vereador Joaquim Serra** desejou boa noite a todos os presentes e disse ter participado na discussão de adesão aos sistemas de água e nas soluções apresentadas. Recordou que aquele sistema multimunicipal tinha sido “ (...) *uma imposição do governo do Partido Socialista, (...) as Câmaras aceitavam a proposta que o Eng. Sócrates tinha, que era, quem na altura, (...) tutelava esta pasta, ou ficariam de fora, não tinham outra alternativa*”.-----

-----Tendo no seguimento explicado que em conversações diretas com a União Europeia tinha-se conseguido a “*figura*” dos sistemas multimunicipais, pois em Portugal existia uma única solução o sistema multimunicipal apresentado pelo Partido Socialista.-----

-----A seguir explicou existirem grandes diferenças entre o sistema multimunicipal e o sistema das águas públicas. Sendo, segundo disse, uma das grandes diferenças a questão do património, e elucidou, no sistema de águas multimunicipal a Câmara concessionaria o património à empresa que está a gerir o sistema, enquanto no sistema de águas públicas a Câmara aluga o património a essa mesma empresa.-----

-----Realçou o facto de na altura a CDU ter desaconselhado a Câmara Municipal de Borba (PS) a assinar o acordo de adesão ao sistema multimunicipal, por considerar que os investimentos a serem realizados não eram proporcionais ao aumento do preço da água proposto no estudo de viabilidade económica, anexo ao contrato de adesão, apresentado pela empresa Águas do Centro Alentejo. Afirmou ter, na altura, alertado que o preço da água “ (...) *disparava (...) para dez vezes mais, (...) nos primeiros anos*”.-----

-----Explicou ter a Câmara Municipal de Borba aderido ao sistema, mas não ter aumentado o preço da água de acordo com os tarifários estipulados pela empresa Águas do Centro Alentejo e, acrescentou, que independentemente da Câmara Municipal de Borba actualizar, ou não, o preço da água, que vende aos seus munícipes, a empresa Águas do Centro Alentejo aumenta anualmente o valor do tarifário.-----

-----Continuou dizendo que, na sua opinião, era o momento ideal para discutir aquela questão, uma vez que existem outras experiências.-----



-----No seguimento referenciou uma notícia sobre auditorias efectuadas pelo Tribunal de Contas ao sistema de água em baixa, que tinham sido privatizados, na qual constava, segundo disse, ser o referido sistema " (...) *uma ruína para os municípios (...) e para as populações que aderiram (...) As empresas que estão a gerir os sistemas em baixa, estão a encher-se de dinheiro. Os municípios (...) a ficar falidos e os munícipes (...) a ser sacrificados, e, aquilo, está a dar lucros fabulosos. O Tribunal de Contas vai (...) aconselhar o governo a parar com a privatização das águas (...) e a reavaliar todos os acordos que existem*".-----

-----Acrescentou ser o montante pago à empresa Águas do Centro Alentejo mais elevado que o valor mencionado pelo senhor presidente da Câmara, pois faltava contemplar alguns custos a cargo do município, como o saneamento, os canalizadores, as roturas que se têm de reparar e a manutenção da rede em baixa.-----

-----Reiterou que, de modo a puderem ser revistos, seria oportuno a Câmara Municipal de Borba avaliar os acordos e contratos de adesão ao atual sistema multimunicipal de águas.--

-----**O deputado João Pedro** disse não ter presente o volume de investimento feito no concelho pela empresa Águas do Centro Alentejo a nível de infraestruturas, mas que pensava resumir-se, o mesmo, à ETAR de Borba.-----

-----Reforçou o exposto pelo vereador Joaquim Serra dizendo que os valores apresentados pelo senhor presidente da Câmara se referiam unicamente ao fornecimento de água, faltavam os custos de exploração em baixa.-----

-----Acrescentou ter a adesão da Câmara Municipal de Borba ao sistema multimunicipal de águas, empresa Águas do Centro Alentejo, ter contribuído para que a Câmara tivesse recorrido ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, porque aquele programa, de acordo com palavras suas, tinha sido criado, não só, mas também, para fazer face às dívidas das Câmaras à empresa Águas de Portugal. -----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) *as Águas de Portugal são maioritariamente do governo, não são Águas Privadas, (...) são públicas*".-----



-----Reiterou ser importante haver uma Assembleia extraordinária, para discutir aquele assunto.-----

-----Adiantou, que a resolução daquele problema era simples, bastava a Câmara Municipal de Borba resolver todas as fugas de água existentes no concelho.-----

-----Seguidamente referiu que os investimentos efetuados pelas Águas do Centro Alentejo no concelho de Borba foram a ETAR de Borba - Nova; ETAR Borba - Nova; Conduta Aduora Borba/Orada - Nova; ETAR da Nora - Nova; ETAR da Orada - Nova.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** informou que tinha reunido com a EPAL – Grupo Águas de Portugal, e com uma empresa privada, com a intenção de resolver o assunto da água. Disse estar a aguardar mais informação por parte das empresas com quem tinha reunido, e de outras que posteriormente o tinham contactado.-----

-----Adiantou que logo que exista uma solução para aquele problema, ela será comunicada a todos os presentes.-----

-----Salientou estarem ali para trabalhar em prol do concelho de Borba, e que, embora de momento, não tivessem soluções, estavam a tentar encontrá-las.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse ser consensual que aquele assunto fosse discutido numa outra sessão, já na posse dos dados solicitados pelo MuB à Câmara Municipal de Borba.-----

PONTO UM: Período para Intervenção do Público.

-----**Paulo Velinho** desejou boa noite a todos os presentes, e na qualidade de mandatário financeiro do MuB informou que *"...o MuB (...) recebeu um mail da (...) Assembleia da República, acerca do pagamento da subvenção pública - Autárquicas dois mil e treze, sendo felicitado pelos excelentes resultados obtidos em Borba, face á reduzida despesa realizada. Pode dizer-se que, o MuB, é um exemplo de contenção e rigor. Tendo obtido os resultados desejados com escasso investimento. Dado que a despesa global do MuB foi de dois mil*



duzentos e cinquenta e quatro euros e, uma vez, que a subvenção pública não pode ultrapassar o valor das despesas efetivamente realizadas, conforme dispõe o número quatro do artigo décimo oitavo da lei dezanove de dois e três, a subvenção a que o MuB tinha direito seria no máximo de vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três euros e cinquenta e três cêntimos, ou seja, o MuB permitiu que o estado poupasse vinte e dois mil, cento e oitenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos. Notável, foi assim que acabou o mail, que bom seria, este exemplo fosse seguido".-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** informou que era protocolar, o público não se manifestar naquela e noutras circunstâncias. -----

-----**O presidente da Câmara Municipal** perguntou quem tinha assinado o mail.-----

-----**O Paulo Velinho** informou que tinha sido um assessor de economia de nome António Lourenço. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse haver protocolos a serem cumpridos. -----

-----Seguidamente propôs ao plenário, que o Ponto 3.5, Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira, passasse para o ponto 3.1, alterando-se assim a ordem dos pontos seguintes.-----

PONTO DOIS: Período da Ordem do Dia.

-----PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira-----

-----**O ROC (Revisor Oficial de Contas) - Dr.ª Maria do Rosário** desejou boa noite a todos os presentes, e informou ir falar sobre uma avaliação que tinha feito à data de tomada de posse dos membros do órgão executivo e do órgão deliberativo, decorrente do último ato eleitoral.-----

-----Informou colaborar com o Município de Borba, na qualidade de revisor oficial de contas, desde o ano dois mil e dez. Tendo, desde sempre, tentado introduzir nas contas do



Município transparência, e que a sua globalidade estivesse aí refletida. -----

-----No seguimento lembrou o caso da ADSE (Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública), mais concretamente o facto de uma dívida a essa entidade não constar das contas, quando iniciou o seu trabalho no Município.-

-----Em termos de dívida comercial, disse decorrer a mesma daquilo que eram as atividades, melhores ou piores, que tinham sido acordadas entre a Câmara e os fornecedores de bens e equipamentos para o Município. Disse ascender o total da dívida comercial e da dívida bancária, à data de dezanove de Outubro do ano dois mil e treze, a doze milhões e meio de euros. Estando, a mesma, repartida em duas dimensões, disse ser a primeira constituída pelos empréstimos, num total de dez milhões, e a segunda pela dívida comercial a fornecedores. Explicou ter ocorrido o aumento de empréstimos, no fim do exercício anterior, até à presente data, em consequência da adesão ao PAEL.-----

-----Disse ter sido o PAEL entendido como um recurso ao qual era importante aderir, e que, na sequência dessa adesão, foi feito um levantamento de toda a dívida que estaria por cumprir, para com os fornecedores, até à data limite em que poderia entrar no PAEL, trinta de Novembro de dois mil e onze. O que explicava a transferência de dívida comercial para dívida financeira.-----

-----Explicou perspetivar o fecho de contas, ano de dois mil e treze, uma redução de um milhão de euros, ou seja, a dívida no final do ano iria rondar onze milhões e meio de euros, o que significava uma redução ao nível dos empréstimos e da dívida comercial. Cumprindo, assim, o Município as suas obrigações.-----

-----Referiu haver acordãos de pagamento compostos por valores significativos, firmados com a empresa Águas do Centro Alentejo e com a ADSE. Salientou ser o pagamento acordado com a ADSE, à data de fecho do relatório apresentado, um pagamento demasiado penalizador para o Município, tendo-se conseguido atenuar a carga de pagamentos mensais àquela instituição, através do acréscimo do número de meses para



efectuar o pagamento da dívida.-----

-----Disse serem os valores, anteriormente referidos, doze milhões e seiscentos mil euros em outubro e onze milhões e quinhentos mil euros em dezembro, os valores que representavam a dívida do Município no ano de dois mil e treze.-----

-----Informou estar grande parte dos compromissos futuros incluídos nos doze milhões e seiscentos mil euros, ou onze milhões e quinhentos mil euros, conforme a data de que se estivesse a falar, pois a dívida só não incluía os encargos financeiros dos empréstimos, por ainda não serem dívida.-----

-----Adiantou representarem os encargos financeiros dos empréstimos cerca de um milhão de euros.-----

-----Informou que o facto da Lei das Finanças Locais ter sido alterada, nomeadamente, no que respeita, aos rácios necessários ao cumprimento das obrigações, tanto a nível de equilíbrio orçamental, como de limites de endividamento, a tornou, na sua opinião, mais penalizadora, do que era no passado. Explicou o seu raciocínio com base no facto de no passado o cálculo da regra de equilíbrio ser composto pelas receitas correntes, menos as despesas correntes, enquanto atualmente às despesas correntes se tem de adicionar a média das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo. O que, segundo disse, *"se estávamos com um equilíbrio à justa, agora estamos com um diferencial substancial, sobrecarregado pelas amortizações dos empréstimos que temos"*. Acrescentou que a regra do equilíbrio orçamental, apesar do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) ter mudado de capital para corrente, não iria ser cumprida, por existir desequilíbrio ao nível da regra orçamental.-----

-----Explicou ser o limite da dívida, hoje em dia, calculado de forma diferente do que no passado. Disse, no passado, o endividamento era repartido em endividamento de curto prazo, de médio prazo, de longo prazo e líquido, enquanto actualmente só existe um endividamento, *" (...) o que temos de pagar (...) "*. Reafirmou ser o montante do



endividamento apresentado, no final do ano de dois mil e treze, constituído pela dívida bancária e pela dívida comercial no valor de onze milhões e quinhentos mil euros.-----

-----Disse ter-se excedido o limite da dívida, pelo facto de o limite ser uma vez e meia as receitas correntes, o que em números redondos se estimava ser de nove milhões de euros.--

-----Acrescentou que parte das preocupações era resultado da alteração da lei, pois no passado, apesar de não se cumprir a totalidade dos limites impostos, cumpriam-se alguns.-

-----Referiu estar a regra de equilíbrio orçamental, assim como a dívida total que também excede o limite que irá ser imposto a partir de dia um de janeiro de dois mil e catorze, "viojada".-----

-----Concluiu, a média das amortizações dos empréstimos sobrecarrega substancialmente os valores apresentados.-----

-----Chamou a atenção para a aprovação do próximo orçamento, o qual terá de ser aprovado pela Assembleia Municipal até trinta e um de outubro de dois mil e catorze. Logo para se cumprirem os prazos do PAEL, o orçamento, terá de estar pronto a trinta de setembro.-----

-----Referiu que, na sua opinião, após o encerramento de contas dever-se-á começar o processo orçamental.-----

-----Recordou exigir a nova lei, mais um documento a ser elaborado, o quadro plurianual municipal, com o quadro plurianual de programação orçamental, o que significava, que se no passado se tinha de fazer um orçamento para um ano, agora se tinha de fazer um orçamento para quatro anos.-----

-----Terminou a sua intervenção, dizendo estar disponível para esclarecer o que entendessem por necessário.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse estar aquela intervenção em apreciação.--

-----**O deputado Celso Ramalho** desejou boa noite a todos os presentes, e disse nunca ter o executivo do PS, escondido que" (...) a dívida é grande". Saliou ser o valor da dívida de



doze milhões e seiscentos mil euros, números confirmados pela Dr.^a Maria do Rosário (ROC).-----

-----Adiantou, ser de todo o interesse que o valor real da dívida da Câmara Municipal de Borba chegasse ao conhecimento de todos.-----

-----Continuou dizendo que na sua perspetiva, apesar do valor investido nos últimos anos, durante gestão do executivo PS, ter contribuído para o actual valor da dívida, também tinha contribuído, e muito, para o desenvolvimento do concelho.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** agradeceu a brilhante exposição feita pela ROC do Município, e realçou a seriedade e o trabalho, desde sempre, demonstrado pela Dr.^a Maria do Rosário. Disse serem os dados apresentados, naquele dia, idênticos aos que o senhor chefe de divisão tinha apresentado na última Assembleia Municipal.-----

-----Lamentou, ainda, não ter tido resposta a uma carta enviada aos serviços da Câmara Municipal de Borba, no passado dia dez de Fevereiro de dois mil e catorze, onde solicitava todos os projetos cofinanciados pelos Fundos Comunitários, desde o ano dois mil e dois ao ano dois mil e treze. Acrescentou provar a documentação solicitada que o aumento da dívida, no município de Borba, entre o ano dois mil e dois e o ano dois mil e treze, tinha sido na ordem dos cinco milhões e quinhentos mil euros a seis milhões de euros.-----

-----Disse que aquele assunto seria novamente debatido no dia em que discutissem a herança.-----

-----**O deputado João Pedro** disse que a bancada do PS se tinha contradito, porque uns deputados falavam em doze milhões e seiscentos mil euros, e outros em onze milhões e quinhentos mil euros.-----

-----Acrescentando ser efetivamente a dívida a trinta e um de Dezembro do ano dois mil e treze de onze milhões e quinhentos mil euros. Referiu faltar acrescentar, ao valor da dívida, os compromissos futuros com os encargos financeiros da mesma, o que resultaria num montante certamente maior. Informou ser a dívida no ano dois mil e dois de oitocentos mil



euros e não de cerca de cinco milhões e quinhentos mil euros.-----

Realçou ser a dívida, bem como os condicionalismos para o futuro muito grandes.-----

-----Disse que o investimento realizado em Borba, nos últimos anos, deveria ter sido um investimento mais sustentado, tendo mais em conta as pessoas e menos o betão, continuou " (...) alguns destes equipamentos (...) no futuro (...), vamos vê-los fechados, porque a população (...) com o rumo que estamos a levar, também por culpa do Governo Central (...) não vai poder usufruir deles".-----

----- **O deputado Pedro Bilro** desejou boa noite a todos os presentes e disse não perceber como podia um município desta dimensão, ter uma "dívida astronómica".-----

-----Seguidamente perguntou à Dr.^a Maria do Rosário se quando tinha entrado na Câmara de Borba em dois mil e dez, como ROC, existia falta de transparência nas contas e se havia desorçamentação. Questionou, ainda, se a dívida da ADSE, nessa altura, estava ou não orçamentada.-----

-----Continuou dizendo que gostaria de saber qual era a opinião da Dr.^a Maria do Rosário, quando em dois mil e dez entrou como ROC, porque se " (...) exigiu transparência, talvez alguma coisa não estivesse bem". Acrescentou que gostaria igualmente de saber se existia algum tipo de desorçamentação naquela altura, porque a haver seria uma situação muito grave.-----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** desejou boa noite a todos, e disse " (...) não vou tecer grandes comentários (...) à apresentação técnica da senhora doutora, porque (...) os números falam por si, e a forma como tem (...) trabalhado com o município de Borba nos últimos anos, reflete a clareza dos números, que (...) nunca deixou de haver no passado (...) ".-----

-----Referiu ter havido muitas dúvidas relativamente ao valor da dívida, mas que estando o Município ao abrigo de um programa de ajustamento financeiro, e tendo as suas contas devidamente certificadas por uma Revisora Oficial de Contas, o valor da dívida não poderia ser muito diferente daquele que representavam os números.-----



-----Disse ao senhor deputado João Pedro que a dívida da Câmara Municipal de Borba no ano dois mil e dois era de cinco milhões e oitocentos mil euros e não de oitocentos mil euros.-----

-----Adiantou que o executivo PS, liderado pelo senhor Ângelo de Sá, tinha duplicado a dívida, e que a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal exigia muito trabalho da parte do atual executivo. O qual teria de definir estratégias e prioridades, sobre o que será efetivamente o destino do concelho. Adiantou que no ano dois mil e um, quando o executivo do PS tinha tomado posse, " (...) *tinha (...) encontrado um concelho parado, um investimento de caráter ou não duvidoso, de caráter ou não utilitário, de caráter ou não necessário, será o tempo que o vai discutir (...)* ".-----

-----Relativamente à dívida da ADSE disse que, enquanto presidente da mesa da Assembleia Municipal, tinha feito pressão para que a dívida fosse assumida, tendo salientado remontar essa dívida ao ano de mil novecentos e oitenta e seis.-----

-----Deixou um desafio ao senhor presidente da Assembleia Municipal, no sentido de a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal puderem em conjunto encontrar aquilo que são as verdadeiras prioridades para o concelho no futuro. Acrescentou ter sido isso que o PS tinha feito a nível de Câmara Municipal de Borba, nunca tinha sido uma força de bloqueio, pelo contrário, sempre tinha sido uma força que ajudava, e pretendia continuar a ajudar.-----

-----Disse " (...) *a dívida existe, tem que ser paga, os equipamentos existem, têm de ser devidamente rentabilizados e colocados ao uso da população para que possamos usufruir*". ----

-----Informou ter um determinado número de investimentos sido feito ao abrigo de um quadro comunitário, numa conjuntura em que os investimentos, ou eram feitos naquela altura, ou nunca mais eram.-----

-----Realçou que pelo bem de Borba e dos munícipes, teriam de ser todos juntos a definir as prioridades para o município, e aí, poderiam contar com o PS.-----



-----**O deputado Paulo Ferreira** recordou ser na Assembleia de abril, que se discute o fecho das contas do ano de dois mil e treze.-----

-----Perguntou, à Sr.^a Revisora Oficial de Contas, qual o valor que os encargos financeiros e compromissos futuros poderiam atingir.-----

-----**O deputado João Pedro** disse que quando tinha falado na dívida da CDU em dois mil e dois se tinha enganado, queria dizer quatro milhões de euros. -----

-----Salientou que seria importante apurar quais eram as responsabilidades políticas do PS durante os doze anos de gestão da Câmara Municipal de Borba.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que o tempo se encarregará de dizer a verdade da história.-----

-----Relembrou, ao senhor deputado Ângelo de Sá, ter dito no início, que *“esperava que todos os eleitos fossem meus colaboradores, os meus pares, no sentido de colocarmos Borba no mapa”*.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse ao senhor presidente da Assembleia Municipal que Borba estava no mapa, há muitos anos. -----

-----Respondeu ao senhor deputado João Pedro, que *“os números são números, (...) ninguém melhor, do que a senhora doutora para falar de números (...)”*.-----

-----Salientou que a CDU na altura não tinha considerado os encargos assumidos, e não pagos, e esses tinham um valor de cerca de cinco milhões e tal de euros.-----

-----Realçou o facto de ao tomar posse, no ano dois mil e dois, ter dito à CDU, que poderia ficar descansada, que o PS não iria ficar a pagar a dívida que eles tinham contraído, como tinha feito o anterior executivo do PS, e que um dia quando o PS saísse iriam ter o dobro da dívida.-----

-----Acrescentou *“ (...) não estou nada arrependido daquilo que fiz (...) as obras (...) estão cá para a população, que está ali atrás, beneficiar e usufruir”*.-----

-----Recordou ao senhor presidente Assembleia ter sido acordado na reunião onde



participaram as quatro forças políticas, ali presentes, que não iriam existir “boquinhas” na Assembleia, e salientou que, para tal ser exequível, teria de existir respeito entre todos.-----

-----Disse ao senhor deputado Pedro Bilro, que o futuro dirá se a dívida é, ou não, astronómica. Relativamente à transparência, disse que será a história a dizê-lo.-----

-----Referiu só ter tido conhecimento da dívida da ADSE, no ano de dois mil e cinco ou dois mil e seis, quando a Câmara recebeu um ofício a solicitar o pagamento da mesma.-----

-----**O vereador Joaquim Serra** disse que o importante era ter presente o impacto que aquela dívida, no valor de doze milhões e seiscentos mil euros, iria ter no futuro do Município de Borba.-----

-----Tendo seguidamente passado a explicar que há doze anos atrás, quando o anterior presidente tinha chegado à Câmara Municipal de Borba, tinha uma dívida de quatro milhões e oitocentos mil euros, mas tinha capacidade de financiamento junto da banca, dinheiro a receber de obras que tinham sido feitas com base em projectos que tinham sido candidatados a fundos comunitários e cujas verbas, na altura, ainda não tinham sido recebidas, e a possibilidade de candidatar projetos a um novo quadro comunitário de apoio.-----

-----Acrescentou ter a empresa que tinha feito a auditoria, naquela altura, deixado muitas dúvidas, em termos de credibilidade, e fundamentou a sua afirmação com exemplos concretos.-----

-----Relativamente ao valor atual da dívida e seu real impacto disse” (...) *a dívida não se esgota nos doze vírgula seis milhões de euros, porque, nós, não os vamos pagar, (...) nos próximos dez anos, ela vai sempre continuar a trazer encargos à Câmara. Por isso, hoje, é este o valor (...), mas, possivelmente, daqui por um mês já será outro valor*”.-----

-----Continuou dizendo que a dívida já tinha rondado os vinte milhões de euros, e que aquela era a melhor situação financeira dos últimos seis ou sete anos.-----

-----Realçou o facto do investimento nos últimos seis anos de mandato ter sido

praticamente nulo, por não existir crédito “ em lado nenhum”, e disse “ (...) fez-se uma gestão corrente, foi-se pagando aquilo que havia (...) ”, razão pela qual, segundo disse, a dívida estava agora nos doze milhões e seiscentos mil euros e não nos vinte milhões como tinha estado.-----

-----Realçou a sua preocupação relativamente ao plano plurianual, dizendo que para a sua elaboração, nomeadamente no que concerne à delineação de projectos a serem mais tarde candidatados ao novo quadro comunitário de apoio, era importante saber quais os mecanismos, os meios e os fundos de que o município dispõe.-----

-----Reiterou que aquela dívida, de doze milhões e seiscentos mil euros, deixou comprometido o futuro do município e das gerações vindouras.-----

-----Disse “ (...) quando dizemos (...) agora (...) temos estes equipamentos (...) ” não referimos que “ (...) qualquer dia, não temos cá ninguém para os utilizar, e esse é o grande problema”.-----

-----Salientou ser necessário o contributo de todos, para que a dívida seja resolvida, porque ela pertence ao Município de Borba, ou seja, a todos os Borbenses.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que contava com a boa vontade de todos os borbenses para resolverem o grande problema que era a dívida.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** recordou ao senhor vereador Joaquim Serra que no ano dois mil e treze se tinha realizado a obra de requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira e a Construção do Centro Escolar, investimento cuja importância rondou os seis milhões de euros. Razão pela qual não percebia como podia o senhor vereador dizer que a Câmara Municipal de Borba, não tinha feito qualquer investimento nos últimos seis anos.-----

-----Disse “ (...) haja projetos e ideias para o futuro quadro comunitário, (...) porque os dinheiros estão aí e as dívidas são para gerir”.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse confiar no trabalho do ROC, na pessoa da Dr.ª Maria do Rosário, e agradeceu toda a ajuda prestada. Tendo seguidamente referido



que como " (...) a dívida é o que é (...) ", a sua preocupação estava relacionada com o montante anual de juros a pagar, e disse " esta Câmara pagava em dois mil e doze um milhão e duzentos mil euros de juros (...), em dois mil e treze pagou cerca de um milhão e quinhentos mil euros de juros (...), e a previsão para dois mil e catorze é de um milhão e quatrocentos mil euros (...) ".-----

-----Informou que, a conselho do senhor chefe de divisão, com a finalidade de diminuir o montante de juros a pagar anualmente, o município tinha pago "oitenta mil euros" ao PITE (Programa de Apoio à Pesquisa e Parceria para a Inovação Tecnológica).-----

-----Relativamente às piscinas cobertas disse não compreender a razão de não terem sido colocados painéis fotovoltaicos, pois a manutenção das mesmas custava ao Município de Borba cerca de vinte mil euros mês.-----

-----No que concerne à recuperação do pavilhão gimnodesportivo, referiu não perceber qual a necessidade da empresa Construções Gabriel Couto, aquando da realização dessa obra, ter instalado um estaleiro que teve um custo de cerca de vinte e sete mil euros para a Câmara Municipal de Borba, por " (...) ali a dez metros (...) ", na obra de requalificação da Escola EB23 Padre Bento Pereira e Centro Escolar, ter um estaleiro devidamente montado.--

-----Relativamente ao próximo quadro comunitário disse que alguns técnicos, engenheiros, da Câmara Municipal de Borba, iriam fazer projetos que mais tarde seriam candidatados a esse mesmo quadro comunitário.-----

-----Por último acrescentou contar com o apoio daquela " (...) brilhante oposição" para em conjunto trabalharem em prol do desenvolvimento do concelho de Borba.-----

-----**A Dr.ª Maria do Rosário (ROC)** adiantou que quando tinha falado em transparência se reportava à questão da ADSE, pois tudo o resto eram as transações normais.-----

-----Disse que ao chegar ao Município de Borba, tinha tentado "levantar" tudo o que pudesse não estar repercutido no património do Município, e explicou que ao falar em património se estava a referir a ativos e passivos, bem como a tudo o que não constava da



val

dívida do Município.-----

-----Informou que ao ter conhecimento do valor da dívida da ADSE, no montante de quinhentos e tal mil euros, comunicou ao Presidente da Câmara Municipal de Borba que a mesma teria de constar das contas do Município.-----

-----Ainda relativamente à dívida da ADSE disse estar o acordo de pagamento a ser cumprido na íntegra.-----

-----No que concerne ao valor dos juros, que o Município tinha para pagar, referiu serem os mesmos no montante de dois milhões e cem mil euros, valor que tinha de estar contemplado no novo Plano Plurianual Municipal.-----

-----Esclareceu não ser o valor da dívida igual ao total do passivo, porque o total da dívida, à data de outubro de dois mil e treze, era de doze milhões e seiscentos mil euros, e o total do passivo era de trinta milhões e novecentos mil euros. Continuou, explicando que o passivo englobava os subsídios ao investimento, subvenções que resultaram das comparticipações financeiras a que o Município se tinha candidatado e lhe tinham sido atribuídas.-----

-----Por fim agradeceu a colaboração exemplar dos técnicos do Município para com o ROC, na sua pessoa, tanto no trato, como na disponibilidade demonstrada relativamente a toda a informação solicitada. Disse que sempre tinha tido um bom acolhimento para as sugestões que apresentou, tanto do anterior presidente, como do atual presidente. Tendo no seguimento manifestado disponibilidade para continuar a trabalhar com o município, sempre que assim for entendido.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** relativamente à dívida disse" (...) *a resolução deste problema cabe a todos (...), independentemente dos partidos políticos e das suas opiniões. É necessário (...) que haja opiniões diferentes, (...) caminhos diferentes, mas tem que haver uma linha de orientação, (...) o problema não é fácil, (...) agora, ninguém se pode eximir a contribuir dentro das suas possibilidades e (...) capacidades para a resolução de um problema que é de todos (...)* ".-----



-----**O presidente da Câmara Municipal** informou que o senhor chefe de divisão, dr. António Passinhas, iria explicar os dados provisórios do Relatório Financeiro referente ao ano de dois mil e treze.-----

-----**O chefe de divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes e disse que aquele relatório financeiro continha os dados provisórios do encerramento das contas do ano de dois mil e treze, dados a serem confirmados na apresentação do relatório de gestão.-----

-----Assim disse que a nível de execução da receita o município tinha realizado durante o ano de dois mil e treze, cerca de 90% (noventa por cento) do total da receita prevista. Sendo 86% (oitenta e seis por cento) de receitas correntes e 90% (noventa por cento) de receitas de capital.-----

-----Relativamente à despesa disse ter sido o ano encerrado com cerca de 87,5% (oitenta e sete e meio por cento), das quais 80% (oitenta por cento) tinham sido despesas correntes e cerca de 93% (noventa e três por cento) despesas de capital.-----

-----Em relação a dívidas a terceiros disse totalizarem as mesmas cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, representando os empréstimos bancários cerca de nove milhões seiscentos e cinquenta mil euros.-----

-----No que concerne ao endividamento municipal líquido disse ter o mesmo encerrado com uma margem negativa de quinhentos e sessenta e sete mil euros, enquanto no PAEL estava previsto encerrarem as contas do município com um excesso de novecentos e sessenta mil euros.-----

-----No que se refere ao endividamento de médio e longo prazo disse haver um excesso de cerca de dois milhões de euros, o que significava não existir a possibilidade do município se endividar com mais empréstimos bancários, situação que, segundo disse, estava prevista no contrato do PAEL.-----

-----Referiu não ter o município endividamento de curto prazo.-----



-----Informou ter o município cumprido a obrigação de reduzir o endividamento de médio e longo prazo até ao fecho das contas, ano de dois mil e treze, com a aplicação de cerca de setenta e seis mil euros que arrecadou a mais, em relação ao ano anterior, ao nível do IMI (Imposto Municipal de Imóveis) - avaliação geral de prédios urbanos, através da realização de uma amortização adicional em empréstimo relacionado com o PITE, que só estava previsto acontecer no ano de dois mil e catorze.-----

-----Explicou estar o último ponto daquele relatório relacionado com a monitorização do PAEL, mas que de acordo com os pareceres da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) e da Revisora Oficial de Contas, só estariam em condições de apresentar a primeira monitorização, com o encerramento de contas referentes ao ano dois mil e treze.-----

-----Disse que antes de falar sobre a monitorização do PAEL, se deveria efectuar um enquadramento do mesmo. Assim, explicou que ao elaborar o PAF (Plano de Ajustamento Financeiro), o Município assumiu alguns pressupostos, entre os quais o facto de o PAEL ser "encaixado" no ano de dois mil e doze, o que não aconteceu, pois o PAEL só seria "encaixado" no ano de ano de dois mil e treze.-----

-----Continuou dizendo que um outro pressuposto que assumiu foi o facto de ir realizar um empréstimo na ordem de cinco milhões e quatrocentos mil euros, valor que lhe permitiria pagar a dívida que tinha para com a ADSE, todavia esse pressuposto também não se verificou, pois, segundo disse, o empréstimo que o Município "encaixou" foi inferior a quatro milhões e novecentos mil euros.-----

-----Disse que se deveria ter em conta que o ano de dois mil e treze foi um ano de desfasamento temporal, pois enquanto no Plano de Ajustamento Financeiro tinham assumido que o ano de dois mil e treze seria um ano de gestão corrente do Município, com um encaixe de receita e despesa na ordem dos sete milhões, na realidade tinha acontecido o contrário, tendo o município encaixado cinco milhões de euros de receita, por via do empréstimo do PAEL, ao mesmo tempo que tinha executado uma obra, com recurso a



fundos comunitários, de valores muito elevados - a obra de requalificação da Escola EB23 Padre Bento Pereira e Centro Escolar, que teoricamente já não estaria a decorrer. Tendo assim passado o Plano de Ajustamento Financeiro de sete milhões em execução, para cerca de dezassete milhões.-----

-----Explicou ser a monotorização do PAEL composta por cinco quadros, e seguidamente passou a apresentar sumariamente os mesmos. Assim, disse que o quadro número um sintetizava a situação financeira do Município, com as previsões e evolução.-----

-----Disse estar previsto o município encaixar no ano de dois mil e treze oito milhões de receita, e ter encaixado dezasseis milhões, pelas razões antes mencionadas (empréstimo do PAEL e obra de requalificação da Escola EB23 Padre Bento Pereira e Centro Escolar). -----

-----Explicou andar a despesa na mesma ordem.-----

-----No quadro número dois disse estarem apresentadas as medidas que foram propostas no PAF e a sua execução.-----

-----Referiu ter sido previsto reduzir a despesa na ordem dos trezentos mil euros, e que apesar de ter havido uma redução de cerca de dez mil euros em relação ao valor previsto, o valor executado estava mais ou menos na mesma ordem.-----

-----Explicou estar previsto haver uma poupança de cerca de duzentos e noventa mil euros, e ter havido um acréscimo da despesa, com um diferencial de cerca de oito milhões e tal de euros. Tendo seguidamente esclarecido que tal sucedeu, não por ter havido um agravamento da situação mas, em consequência da execução do PAEL (empréstimo do PAEL) e da obra de requalificação da Escola EB23 Padre Bento Pereira e Centro Escolar) não prevista no PAF.-----

-----No quadro número três disse estar apresentada a evolução da receita e da despesa, havendo a salientar o facto de ter sido previsto a existência de um saldo positivo, na ordem dos cento e setenta mil euros, e ter havido um défice, na ordem dos setenta e quatro mil euros.-----



-----No quadro número quatro disse estar apresentada a dívida de natureza orçamental, no qual a previsão apontava encerrar o ano dois mil e treze com cerca de dez milhões e setecentos mil euros, e ter encerrado com dez milhões e meio de euros.-----

-----Em relação ao quadro número cinco, disse servir o mesmo para confrontar e calcular a margem em excesso de endividamento. Neste caso o endividamento líquido, apontado a previsão do PAF que o ano de dois mil e treze encerrasse com um excesso de novecentos e sessenta mil euros, mas que em princípio o ano iria encerrar com um excesso de quinhentos e setenta mil euros.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** sugeriu que no futuro os quadros de monitorização do PAEL fossem acompanhados de uma pequena memória descritiva.-----

Tendo seguidamente perguntado se em termos de IMI tinha havido diferença entre o valor previsto no PAF e o valor que tinha sido executado.-----

-----**O chefe de divisão António Passinhas** disse que a previsão do IMI para o ano de dois mil e doze era de trezentos e setenta e dois mil euros, tendo sido recebido trezentos e setenta e seis mil euros. No ano dois mil e treze a previsão apontava para trezentos e oitenta e sete mil euros e tinham sido executados quinhentos e quinze mil euros.-----

-----Disse ter havido no ano dois mil e treze um acréscimo de cento e vinte e sete mil euros, e explicou ter aquela execução e aquele diferencial sido apurados em face da avaliação geral de prédios, induzida por legislação própria.-----

-----Realçou o facto do PAF, no momento em que foi elaborado, não ter tido em consideração as alterações introduzidas pela legislação anteriormente referida.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse ter ficado satisfeito com a informação prestada pelo senhor chefe de divisão, ao dizer que tinha havido um acréscimo de cento e vinte e sete mil euros, a qual provava terem os eleitos do PS razão quando numa Assembleia anterior disseram ser possível encontrar alternativas, à fixação das taxas máximas no Município de Borba. Assim disse que, na sua opinião, deveria ter existido um entendimento entre todas



as forças políticas, no sentido de pressionarem o Governo central a, em benefício dos munícipes de Borba, baixar ligeiramente as taxas.-----

-----**O vereador Joaquim Serra** disse que aquilo eram “*sopas depois de almoço*”, porque primeiro aprovaram as taxas máximas, sem terem tido em conta a proposta da CDU que visava a aplicação de taxas intermédias, e agora vinham falar em beneficiar a população de Borba.-----

-----**O vereador Benjamim Espiguiña** desejou boa noite a todos os presentes, e disse não gostar de hipocrisia política. Pois quando, em anteriores reuniões, o PSD tinha votado contra a aplicação das taxas máximas, e argumentado não existir necessidade de aplicar essas taxas, porque com a reavaliação dos prédios a receita ia subir, o senhor deputado Ângelo de Sá, então presidente da Câmara, tinha defendido a aplicação das taxas máximas.-----

-----Disse “ (...) *senhor deputado Ângelo de Sá, há limites para tudo! A memória é curta, mas não deve ser tão curta assim!*”-----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** recordou ter solicitado na atual Assembleia Municipal, enquanto vereador, ao senhor chefe de divisão e ao senhor presidente da Câmara, “ (...) *qual era (...) a estimativa relativamente ao PAF, que poderia vir da receita cobrada do IMI*”, tendo acrescentado ter-lhe sido respondido pelo senhor chefe de divisão “ (...) *que não era possível estabelecermos qual seria a receita efetiva, (...) porque as reavaliações estavam em curso (...)* ”.-----

-----Salientou que com base na possibilidade de existir um aumento da receita do IMI, derivado da reavaliação que estava em curso, ter proposto, em Assembleia e em reunião de Câmara, que se fosse junto das entidades competentes, nomeadamente da DGAL, para na posse de dados de carácter previsional, que representassem o aumento de receita que era espectável vir a acontecer, se pudesse negociar a descida da taxa máxima de IMI. Acrescentando ter o senhor presidente da Câmara dito que “ (...) *tinha falado com as*



entidades competentes e não era possível". Adiantou que dos cinquenta e oito municípios que aderiram ao PAEL, somente vinte e poucos aplicam a taxa máxima de IMI.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que tinha de ter direito de resposta.-----

-----**O presidente Câmara Municipal** informou ter cumprido a lei, e disse que se tivesse existido uma proposta de diminuição das taxas máximas factível, que cumprisse a lei, independentemente da força política que a apresentasse, seria o primeiro a aprová-la.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** reiterou que deveria ter tido o direito de resposta, logo após ter efetuado o pedido. -----

-----Afirmou aplicar o Município de Borba há alguns anos as taxas máximas, e disse não estar o problema na aplicação das taxas máximas, mas sim na valorização das casas. Tendo referido que as regras de majoração da percentagem do IMI a aplicar são determinadas pelo Governo central, PSD e CDS – Partido do Centro Democrático e Social, e não pelas Câmaras Municipais. -----

-----**O deputado João Pedro** disse que relativamente às actividades da Câmara, tal como havia dito aquando da aprovação do plano de actividades, as considerava importantes, mas achava ser necessário haver mais trabalho e um maior aprofundamento de algumas questões. Disse que esse aprofundamento permitiria, na sua opinião, cumprir o plano de ajustamento financeiro e ultrapassar algumas dificuldades que a Câmara tem, entre outras, as propostas de aproveitamento dos fundos do quadro comunitário de apoio, nomeadamente os relacionados com a dinamização do concelho em termos económicos.---

-----Referindo que, na sua opinião, era fundamental e urgente pôr o GADE – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, a funcionar, provavelmente com uma vertente social, com a finalidade de começar a trabalhar na dinamização de alguns equipamentos já existentes e outras questões, como a instalação de empresas e criação de postos de trabalho.-----

-----**O deputado Joaquim Trincheiras** desejou boa noite a todos, disse não se querer



intrometer na condução dos trabalhos, mas que quando se discute as actividades da Câmara antes dos deputados intervirem, o senhor presidente deveria apresentar as actividades realizadas pela Câmara Municipal.-----

-----Seguidamente perguntou ao senhor presidente da Câmara se além das reuniões que estavam ali mencionadas, tinha havido mais alguma reunião com Associações do concelho, nomeadamente com a Associação Amigos do Barro Branco e quais os temas que tinham sido tratados nessas reuniões.-----

-----Disse que pretendia saber se a reunião com a Liga Portuguesa Contra o Cancro - delegação de Borba, tinha sido para organizar a festa de encerramento do aniversário de "Um Dia Pela Vida", bem como se já teria sido encontrada uma solução para a questão relacionada com a cedência do Cineteatro para dois eventos, no mesmo dia e á mesma hora.-----

-----**O deputado Celso Ramalho** disse que gostaria de ser informado sobre qual o ponto de situação dos protocolos com as Juntas de Freguesia. -----

-----**O deputado João Morgado** desejou boa noite a todos os presentes e disse que "*(...) a relação entre o presidente da Câmara (...) e a Junta de Freguesia de Orada (...) têm sido as melhores*", mas havia uma situação que não desculpava, e explicou "*(...) o senhor presidente (...) esqueceu-se no protocolo, aliás na imposição, (...) de falar com as pessoas, (...) pelo menos com os presidentes*", e acrescentou ter sido aquela atitude um erro.-----

-----De seguida perguntou qual a razão para as juntas de freguesia não terem sido ressarcidas de qualquer verba nos meses de novembro e dezembro.-----Realçou a necessidade de, na freguesia de Orada, após se repararem as condutas de água se restaurarem as calçadas.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao plenário se não se oponha a que a sessão continuasse, até os pontos da ordem de trabalho estarem todos discutidos, visto terem atingido a meia-noite.-----



-----**O presidente da Câmara Municipal** disse ao deputado João Pedro, estarem a tratar do assunto do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, junto do NERE (Núcleo Empresarial da Região do Alentejo) e da ADRAL (Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.). Disse saber muito bem o que queria e ter nessa sequência efectuado opções, estando a questão do gabinete social e outras, a ser tratadas.-----

-----Referiu *“estar a arrumar a casa”* e nessa sequência existirem funcionários que deverão ser desviados para determinados setores, onde poderão ser uma mais valia para o Município. Acrescentou *“(...) com a prata da casa pode-se fazer muita coisa”*.-----

-----Relativamente aos fundos comunitários disse estar destinado ao Alentejo um milhão, duzentos e quinze mil euros.-----

-----No que respeita à reunião com a delegação de Borba da Liga Portuguesa Contra o Cancro informou ter-lhe sido solicitado o cineteatro para realização de um colóquio dia doze de abril, só que já existia no gabinete sociocultural da Câmara Municipal de Borba, um pedido da Santa Casa da Misericórdia de Borba a pedir o Cineteatro para esse mesmo dia e para essa mesma hora.-----

-----Acrescentou ter, ainda, nessa mesma reunião, disponibilizado o Pavilhão de Eventos, para o caso das condições atmosféricas não permitirem a realização do evento programado pela delegação de Borba da Liga Portuguesa Contra o Cancro no jardim Municipal, mas que o Pavilhão de Eventos estava pedido desde agosto do ano dois mil e treze, pelas testemunhas de Jeová, para realizarem um congresso dia treze de abril do corrente ano.-----

-----Informou ter a Comissão Local da Liga Portuguesa Contra o Cancro solicitado um espaço, para a psicóloga e a fisioterapeuta puderem trabalhar quando se deslocam a Borba. Explicou não ver qualquer inconveniente nesse pedido, só ter de averiguar, de entre o espaço disponível, qual o que melhor se adapta ao pretendido.-----

-----Relativamente à reunião com a Associação Amigos do Barro Branco disse ter resolvido a situação de falta de espaço, pedindo ao representante da Associação Sol Branco,



associação em processo de dissolução, que desocupasse a sala que estava a utilizar como armazém nesse mesmo espaço.-----

-----Informou ter acordado, com o presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, a mudança de instalações da Casa Funerária do Barro Branco, em consequência do atual espaço não reunir as condições tidas por necessárias.-----

-----Em relação aos atuais protocolos de descentralização de competências, disse ter sido a forma encontrada, para resolver a entrega de verbas necessárias ao funcionamento das Juntas de Freguesia.-----

-----No seguimento recordou, ao senhor João Morgado, que esses protocolos irão vigorar até trinta de Junho, momento em que deverão ser reelaborados.-----

-----Acrescentou não ter, até à presente data, qualquer das Juntas de Freguesia recebido as verbas referentes aos meses de novembro e dezembro do ano dois mil e treze.-----

-----Referiu a reunião tida com as diversas associações do concelho, relativamente ao carnaval, e realçou a importância da cooperação entre as associações e Câmara Municipal de Borba.-----

-----Saliu fundamentarem-se os novos acordos a efetuar com a associação do Sport Clube Borbense e o Grupo Desportivo e Cultural da Nora, em algumas das sugestões apresentadas em reunião de Câmara.-----

-----Realçou a importância da partilha de informação sobre as diversas necessidades existentes no concelho.-----

-----**O deputado António Júlio Prates** desejou boa noite a todos os presentes, e relativamente ao arranjo dos passeios, perguntou se as obras realizadas nas condutas de água - Freguesia de Orada, tinham acontecido antes das eleições, ou em data anterior, pois se tinham sido obras feitas em data muito anterior à campanha pré-eleitoral, disse " (...) *quem voltou as costas (...) não foi o atual executivo, foi o (...) anterior*".-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse respeitar o relatório apresentado pelo senhor vereador



Joaquim Espanhol, mas que, na sua opinião, mencionava obras relativamente banais, que pertenciam ao funcionamento normal de uma Câmara.-----

-----No seguimento perguntou se a Câmara Municipal de Borba, tinha deliberado atribuir laranjas a instituições, e quais as instituições contempladas.-----

-----Sobre a preparação de rampa para descarga de natas numa pedreira no Carrascal, questionou que pedreira era aquela, e se estava devidamente licenciada junto do Ministério do Ambiente para se proceder àquelas descargas.-----

-----Perguntou quais eram os planos da Câmara Municipal de Borba relativamente ao novo Programa de Apoio Regional Alentejo e ao novo Quadro Comunitário de Apoio.-----

-----Disse que gostava de saber quais as conclusões da reunião tida com a ADSE, e de conhecer o resultado da reunião tida com os queijeiros, no início de janeiro, relativamente à ETAR de Rio de Moinhos.-----

-----No que respeita ao facto da cobertura do pavilhão polidesportivo deixar passar a água da chuva, disse ter essa situação origem no facto das folhas dos plátanos entupirem os algerozes, que não são periodicamente limpos, à semelhança do que sucede em outros edifícios.-----

-----Em relação aos concursos de obras realizadas nos dois mandatos anteriores disse“ (...) *nesta casa nunca nenhum dos eleitos pertenceu a qualquer júri de concurso, (...) é preciso algum cuidado quando (...) se fazem determinado tipo de insinuações (...) e há técnicos desta Câmara, competentes, que fazem esses concursos, os quais o presidente da Câmara, que às vezes é aquele que menos manda, assina.*”-----

Informou ter sido a candidatura do projeto da escola aprovada e apoiada, a noventa ou noventa e cinco por cento.-----

-----Em relação aos painéis fotovoltaicos disse ter tido o anterior executivo a intenção de elaborar uma candidatura, com o objectivo de proceder à instalação desses mesmos painéis, e não terem os mesmos sido previstos aquando da elaboração do projeto das



piscinas municipais cobertas, porque, há doze anos atrás, não era muito usual esse tipo de equipamento.-----

-----**O deputado Joaquim Trincheiras** esclareceu que quando tinha referido a reunião com a Associação dos Amigos do Barro Branco se referia à " (...) *forma não muito elegante*", como o senhor presidente da Câmara se tinha dirigido à Comissão de Festas do Barro Branco.-----

-----Seguidamente perguntou se os valores atribuídos às associações no ano de dois mil e treze, através de protocolo, estavam liquidados.-----

-----**O deputado João Pedro** alegou depreender-se da intervenção do senhor presidente da Câmara a importância das associações, e disse " (...) *o que prova, (...) que a existir esse Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, ele também seja social, para envolver (...) as associações (...) naquilo que é a atividade do concelho*".-----

-----Relativamente à sede da delegação da Liga Portuguesa Contra o Cancro, disse que por se estar a falar de pessoas com mobilidade reduzida, e de a sede se situar no primeiro andar de um edifício que não tem as acessibilidades garantidas, sugeria que a cedência de um novo espaço, fosse pensada a nível do rés de chão.-----

-----**O deputado Pedro Bilro** relativamente à intervenção do senhor deputado Ângelo de Sá sobre os concursos públicos disse " (...) *os júris podem ser o mais independente que exista, mas quem tem a última palavra é sempre a entidade adjudicante, ou seja, o órgão com competência para contratar*". Pelo que no caso, segundo afirmou, a responsabilidade era da Câmara.-----

-----De seguida, dirigindo-se ao senhor deputado Ângelo de Sá, disse " (...) *se o senhor deputado diz que o presidente, por vezes, é quem menos manda, não admira que o Município esteja como está*".-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que aquilo eram "*provocações de facto*", ou que então o senhor deputado Pedro Bilro não tinha percebido, o que tinha sido dito. Disse " (...) *é*

óbvio, normal e natural, que efetivamente os concursos são aprovados pela Câmara Municipal, mas quem assina, eu disse quem assina, não disse quem é o responsável, é o presidente da Câmara ".....

*-----O deputado **Pedro Bilro** disse que " (...) apenas tentei alertar as pessoas, os presentes, que o senhor Ângelo Sá tentou foi sacudir as responsabilidades, (...) o senhor Ângelo de Sá disse que o presidente às vezes é quem menos manda". Continuou afirmando não se passarem as coisas assim, disse" (...) o júri por mais independente que seja, elabora os relatórios e os relatórios são submetidos para aprovação do órgão com competência de contratar. No caso é a Câmara Municipal".....*

*-----O deputado **Ângelo de Sá** disse " (...) não sacudo água de capote, coisa nenhuma, (...) há outros (...), que são especialistas a fazer isso. Não faço isso. Nunca fiz! E assumo tudo aquilo que fiz!"*

-----Afirmou não puderem discutir todo o processo burocrático dos concursos, pois nesse caso teriam de falar de outras coisas, nomeadamente das plataformas electrónicas. Alegou que naquela Câmara tudo era transparente, pois tudo era lançado em plataformas electrónicas, às quais todas as pessoas tinham acesso.....

-----Reafirmou ter dito que, " (...) efetivamente tudo isso acontece, vem ao órgão Câmara, mas depois quem assina (...) é o presidente".....

*-----O deputado **Pedro Bilro** em resposta ao senhor deputado Ângelo de Sá disse "Lá está! (...) a responsabilidade é de quem assina, é do órgão com competência para contratar. Na sua primeira intervenção o senhor tentou delegar essa competência e responsabilidade nos júris independentes, (...) e essa responsabilidade é sempre do órgão com competência para contratar, que é a Câmara".....*

-----O presidente da Câmara Municipal disse ao senhor deputado João Pedro ser a sugestão de atribuir um espaço no rés do chão à Liga Portuguesa Contra o Cancro e delegação de Borba, aceitável.....



-----Ao senhor deputado Joaquim Trincheiras sobre os valores em dívida para com as associações que tinham protocolo assinado, disse faltar regularizar três situações.-----

-----Relativamente à conversa com comissão de Festas do Barro Branco acrescentou que, além do anteriormente referido, tinha dito que ao se construírem umas casas de banho, como era pretensão, faz tempo, dessa Comissão, seriam construídas como devia ser, “ (...) não um buraco, qualquer”.-----

-----Em relação às questões colocadas pelo senhor deputado Ângelo de Sá informou que o local de despejo de “natas”, no caminho para a Orada, estava cheio, tendo por esse motivo havido a necessidade de encontrar outra solução.-----

-----Disse ter o senhor vereador, Joaquim Espanhoi, assinado um documento completamente legal, com o proprietário da pedreira do Carrascal, e ter sido pedido ao Ministério do ambiente autorização para o novo depósito.-----

-----Sobre o anterior local onde eram depositadas as “natas”, disse não estar, ainda, o mesmo licenciado.-----

-----No que respeita à reunião com o senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional explicou ter estado a sua ausência relacionada com o facto de ter uma reunião previamente agendada, para esse mesmo dia, com a EPAL (Grupo Águas de Portugal).-----

-----Em relação à reunião com o senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional disse ter-se baseado a mesma em duas questões: no enquadramento do Alqueva, mais concretamente no regadio, e a outra, na importância dos contratos locais de Desenvolvimento Social, Redes Locais.-----

-----No que respeita à reunião com a ADSE disse ter ficado estabelecido solicitar um prolongamento do pagamento da dívida, o que estava a ser cumprido.-----

-----Sobre a reunião com os queijeiros disse ter servido a mesma para fazer o ponto da situação.-----

-----De seguida acrescentou ter solicitado à empresa Águas do Centro Alentejo, uma



proposta sobre o custo da ETAR, mas que o valor se tinha mantido igual ao anteriormente apresentado, e acrescentou que, com o objectivo de ultrapassar a situação, iria agendar uma reunião com a empresa Águas do Centro Alentejo e o Ministério do Ambiente, pois tinha conhecimento que outras localidades, onde existe produção de queijo, não têm qualquer ETAR.-----

-----No que se refere à EDC Mármore (Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A.) explicou ter tido conhecimento, nas reuniões em que participou, que a dívida da EDC Mármore rondava um milhão e seiscentos mil euros, dos quais, um milhão, duzentos e cinquenta mil era dívida direta à banca e que de acordo com a última reunião em que esteve presente, o futuro da EDC Mármore passa pela falência total.-----

-----**O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite a todos os presentes, e informou quais tinham sido as atividades desenvolvidas no concelho relativamente aos seus pelouros (unidade de obras municipais, ambiente e serviços urbanos), referindo estarem as mesmas retratadas nos documentos distribuídos pelos senhores deputados.-----

-----Enfatizou a atividade de recolha de laranjas, que segundo disse foram distribuídas por associações e cantinas escolares do concelho de Borba.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** esclareceu ter perguntado se a oferta de laranjas às instituições, tinha sido autorizada pela Câmara Municipal.-----

-----Em relação à questão do não licenciamento do anterior local para descargas de natas salientou ser aquela informação muito grave, e que alguém a teria de explicar. Disse estar o depósito de natas, existente na pedreira localizada no lado direito do caminho para a Orada, projeto de que a Dr.^a Ondina Giga foi autora, devidamente licenciado, e acrescentou estar igualmente previsto, levar o referido depósito, quando estivesse quase cheio, uma camada de dois metros de terra, por cima.-----

-----Relativamente à reunião com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional disse " (...) acho que é dever do presidente da Câmara, estando presente o senhor Secretário



de Estado do Desenvolvimento Regional, ir fazer valer a sua posição, e defender o concelho de Borba, e exigir".-----

-----No que respeita à questão dos chineses disse existir um contrato assinado entre um grupo, cujo nome não se recordava, e a empresa EDC Mármore, no qual estava estipulado comprar esse grupo a EDC Mármore. Seguidamente, justificou a sua afirmação dizendo ter sido essa aquisição alvo de um projecto que o COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade, aprovou, e ao qual atribuiu mais de vinte milhões de euros.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** agradeceu ao senhor deputado Ângelo de Sá o conselho, sobre a reunião com o senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, e explanou sobre a sua não concordância com o mesmo.-----

-----Reiterou ter sido pedido o licenciamento do depósito de natas a executar na pedreira do Carrascal.-----

-----Sobre o licenciamento, do anterior de depósito de natas, disse ir solicitar mais informação.-----

-----Em relação à camada de terra que estava previsto cobrir o anterior depósito de natas, referiu que deveria ter sido colocada há uns tempos atrás, pois o depósito estava "*completamente entulhado*".-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** voltou a perguntar se a oferta de laranjas às instituições tinha sido definida em reunião de Câmara.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse ter falado informalmente com os senhores vereadores, e informado que iria um empregado da Santa Casa da Misericórdia de Borba ajudar na recolha das laranjas.-----

-----Em relação à distribuição das laranjas explicou ter ido grande parte para as cantinas escolares e as restantes para a Santa Casa da Misericórdia de Borba.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da ata nº. 2 da Sessão Extraordinária de 22 de novembro de 2013.**-----



-----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão.-----

O deputado Joaquim Trincheiras pediu que fosse feita uma correção na página número sete, último parágrafo, ata dois, numa afirmação sua onde constava “...vinte de setembro...”, deveria constar “... vinte e nove de setembro...”.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** pediu que fosse feita uma correção na página número onze, numa intervenção sua, onde constava “ (...) depreendia (...) ” deveria constar “ (...) que se prendia com (...) ”.-----

-----**O deputado Francisco Mendes** pediu à Mesa da Assembleia para lhe enviar a documentação em suporte de papel, pois tinha dificuldade em ler no computador.-----

-----Disse não ter recebido os documentos da proposta de Regimento da Assembleia Municipal com as devidas correções, e seguidamente fez uma chamada de atenção para a redação das atas, nomeadamente no que respeita à correção linguística e à pontuação, que nem sempre é a mais certa.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** referiu que o trabalho de transcrição das atas era um trabalho ciclópico, e salientou que iriam tentar resolver aquela situação de uma maneira mais apropriada.-----

-----**O deputado Francisco Mendes** disse que sabia ser aquele trabalho ciclópico, pois no mandato anterior as atas tinham estado por sua conta, e que, apesar de haver alguém que as elaborava, era ele que as verificava e corrigia, antes de serem enviadas aos membros da Assembleia Municipal.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** pediu que lhe fossem facultadas as declarações de voto mencionadas naquela ata.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** referiu que numa intervenção do senhor vereador Benjamim Espiguinha, página dezasseis, estava escrito a palavra “incongruência”, e o que devia constar era “incoerência”.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** reafirmou que o trabalho de transcrição das



atas era um trabalho muito complicado e acrescentou que aquelas sessões serviam para corrigir algum erro que existisse.-----

-----Seguidamente colocou a ata à aprovação.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** disse que a ata iria ser colocada a aprovação, mas com as devidas correções.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** após feitas as devidas correções, colocou o ata á votação, tendo a mesma sido aprovada com **dezoito votos a favor** (eleitos do MuB, PS, PSD e CDU) e **uma abstenção** (eleito do PS).-----

-----**PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da ata nº. 3 da Sessão Ordinária de 30 de dezembro de 2013.**-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento á discussão.-----

-----**O deputado João Pedro** disse estar aquela ata muito incompleta, relativamente ao que tinha sido dito, nomeadamente pelo senhor Rui Bacalhau e por si próprio, motivo pelo qual, na sua opinião, aquela ata, não reunia condições para ser aprovada.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** disse partilhar da opinião do senhor deputado João Pedro, e reiterou que, na sua opinião, aquela ata tinha muitas omissões. Tendo de seguida proposto passar a aprovação daquela ata para a próxima Assembleia Municipal.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse comungar da opinião dos senhores deputados João Pedro e Paulo Ferreira.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** informou transitar a discussão e aprovação, daquela ata, para a próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Análise, tendo em vista a aprovação, do projeto de Regimento da Assembleia Municipal, face às alterações introduzidas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.**-----



-----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** congratulou-se pela forma como o processo tinha sido conduzido e, do modo, como tinham chegado a consenso. Tendo seguidamente explicado, terem estado, a convite do senhor presidente da Assembleia, os representantes das forças políticas com assento na Assembleia Municipal de Borba, bem como os membros da mesa da Assembleia Municipal, reunidos, no passado dia catorze de fevereiro, com o intuito de analisarem a proposta de regimento, agora em discussão. Acrescentou, ainda, terem sido corrigidos vários pontos, que segundo o parecer dos intervenientes, não se encontravam tão corretos quanto isso.-----

-----A seguir propôs que a redação do artigo cinquenta e dois, ponto dois número dois, da proposta de regimento em discussão, que dizia “ *A intervenção do público será feita em local condigno, de molde a que possa falar de frente para a Assembleia Municipal*”, fosse alterada. -

-----Por ter posteriormente constatado que, possivelmente devido à estrutura da sala em que usualmente reúne a Assembleia Municipal, não era possível cumprir aquele ponto.-----

-----**O deputado Joaquim Trincheiras** disse não lhe ter sido remetido pela Assembleia Municipal a versão da proposta de Regimento Municipal agora em discussão, e frisou ter tido conhecimento da mesma, no decorrer de uma reunião em que esteve com o senhor deputado Ângelo de Sá.-----

-----**O deputado Francisco Mendes** solicitou novamente à Mesa da Assembleia que lhe fosse enviada a documentação, pois tinha-lhe acontecido o mesmo que ao seu colega de bancada.-----

-----A seguir, solicitou ao senhor presidente da Assembleia que lesse o primeiro parágrafo do preâmbulo da proposta de Regimento da Assembleia, e lhe dissesse se entendia o que lá estava escrito, pois, no seu entender, faltava ali qualquer coisa.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** leu o primeiro parágrafo do preâmbulo, e disse, ser aquele parágrafo era pacífico.-----



-----**O deputado João Pedro** disse ter ficado estabelecido em reunião, de dia catorze de Fevereiro, que o primeiro parágrafo do preâmbulo iria ser ligado ao segundo parágrafo, ficando a redacção da seguida forma: *“ O Regimento constitui o instrumento essencial para regular o funcionamento da Assembleia Municipal, de forma a realizar as competências que a lei lhe prescreve e as expectativas que os borbenses esperam ver asseguradas, não apenas quando exercem o seu direito de voto, mas também quando a este órgão se dirigem para, no uso do seu direito de audição, alertar os poderes públicos para as dificuldades, injustiças e problemas com que se confrontam no seu dia-a-dia”*.-----

-----**O deputado Francisco Mendes** disse que daquela forma o parágrafo fazia sentido, mas da forma como estava não fazia sentido nenhum.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** referiu ter-se tratado de um mal-entendido. A ordem tinha sido trocada, mas não tinha sido exatamente aquilo.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** congratulou-se com a forma cordial como a reunião tinha decorrido, e referiu que só a ligação dos dois parágrafos daria algum sentido à redacção do parágrafo.-----

-----Disse que na sua opinião a atual proposta de Regimento pecava por se cingir praticamente à lei.-----

-----Salientou que em auditorias feitas àquela casa, tinha sido dado um parecer extremamente positivo ao anterior regimento, que embora não tivesse preâmbulo, tratava de determinados pormenores que a lei não tinha em consideração. Acrescentou, ter dito aquilo na reunião de preparação, e fazia questão que constasse em ata.-----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** disse ter expressado a sua opinião relativamente à atual proposta de Regimento na última Assembleia em que se tinha falado desse assunto.-----
Deu os parabéns à mesa da Assembleia, pela forma rápida como tinha conseguido construir o regimento, pois, tendo em conta a lei que tinha saído em Setembro, o regimento tinha obrigatoriamente de ser revisto.-----

-----Solicitou à mesa da Assembleia Municipal para diligenciar junto dos serviços da Câmara, que a plataforma web, para envio e consulta de documentos da Assembleia, entrasse em funcionamento, o mais rápido possível, pois resolveria a questão do envio dos documentos.-----

-----Informou que segundo os pareceres de auditorias ordinárias, feitas à Câmara e à Assembleia Municipal de Borba, “ (...) *os regimentos devem conter aquilo que são as normas gerais e abstratas da lei, relativamente ao funcionamento, e que os regimentos das Assembleias se devem preocupar efetivamente com aquilo que é o funcionamento normal, e regular de cada uma das Assembleias, tendo em conta as diferenças que existem*”. Saliu que um dos pontos que os regimentos devem focar, é o que se refere ao modo de funcionamento do público.-----

-----Acrescentou que “ (...) *o regimento não deve ser a cópia fiel da lei, porque a lei existe já, mas devem ser efetivamente um complemento naquilo que são os pontos*”.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse não ser aquele um regimento fechado, que em qualquer altura poderia ser revisto.-----

-----Após correção do preâmbulo colocou o documento à votação, tendo sido, o mesmo, aprovado por unanimidade.-----

----- **PONTO TRÊS PONTO CINCO: Designação de quatro pessoas pela Assembleia Municipal, para integrarem a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Borba.**-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse estar aquela designação de acordo com a portaria nº4/2014 de oito de janeiro, artigo 2.º, alínea k. -----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que aquela designação dizia respeito a pessoas, logo teriam de ser eleitas por escrutínio secreto. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** propôs a lista A, composta pelos presidentes



de Junta de Freguesia, os senhores: Quintino Cordeiro, Crispim Avó, Paulo Aires e João Morgado.-----

-----Justificou a sua proposta com a proximidade dos presidentes de Junta de Freguesia às populações.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** solicitou ao senhor presidente da Assembleia que fizesse a lista por ordem alfabética.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que as Juntas de Freguesia tinham assinado o protocolo, tendo por esse facto assento na comissão alargada.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que nada impedia os presidentes de Junta de Freguesia de fazerem parte daquela comissão.-----

-----Seguidamente informou que outra alternativa à lista A seria a eleição de um membro de cada força política, com assento na Assembleia Municipal, mas que aqueles não tinham uma relação tão próxima com a população.-----

-----De seguida pediu que fossem distribuídos os boletins de voto. Após votação por escrutínio secreto e feita a contagem de votos, foi eleita a **lista A** (que se arquiva em pasta anexa, como **doc. nº2**) – composta pelos senhores: Quintino Cordeiro, Crispim Lopes; Paulo Aires e João Morgado, **com dezasseis votos a favor e três votos em branco**, para integrarem a Comissão Alargada, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Borba.-----

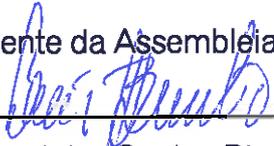
-----**O deputado Ângelo de Sá** solicitou à mesa da Assembleia que se esforçasse na procura de um outro esquema de disposição da sala.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as quatro minutas dos pontos da ordem de trabalhos. Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade.-----

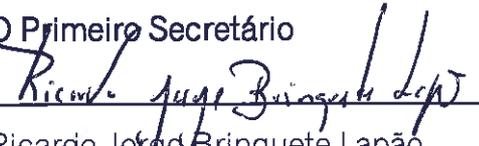
-----Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----



O Presidente da Assembleia Municipal


Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário


Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário


Célia Maria Matos Alpalhão

